**TERMO DE REFERÊNCIA**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARAO EVENTUAL **FORNECIMENTO DE COLCHÕES E CORBETORES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº145 de 23 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017.

O **Município de Santo Antônio de Pádua** pretende **registrar preços** para **eventual fornecimento de Colchões e Cobertores,** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com observância do disposto na Lei nº 10.520/02, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização dos objetos a serem solicitados, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** Os objetos deste Termo de Referência é o Registro de Preços para o eventual **fornecimento de Colchões e Cobertores, para distribuição gratuita, conforme solicitação da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, para o atendimento as famílias e indivíduos acompanhados por esta Secretaria e reconhecidas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e classificadas como “baixa renda”, deste município, as quais, comprovadamente, se encontram em situação de necessidade, conforme avaliação realizada pelos Assistentes Sociais dos setores responsáveis.**

**3. JUSTIFICATIVA**

**3.1** Considerando a necessidade de atender aos usuários acompanhados pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do Município, para que famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social sejam atendidas, e de igual modo, destinadas a prevenir ou minimizar as consequências danosas de eventos anormais e adversos, previsíveis ou não e ainda, socorrer e assistir as populações e áreas por esses atingidos, o material se faz indispensável no exercício e garantia das políticas de assistência social estabelecidos na Constituição Federal.

**3.2** Considerandoo atendimento as pessoas/famílias de “baixa renda”, deste município, as quais, comprovadamente, se encontram em situação de necessidade, conforme avaliação realizada pelos assistentes sociais dos setores responsáveis.

**3.3.** Considerando o objeto do presente Termo de Referência se faz necessário tendo em vista a necessidade de oferecer um atendimento com maior qualidade e que garanta a efetivação do direito do usuário.

**3.4.** Considerando a responsabilidade social, atribuída ao Estado, por meio da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6.º que diz:

“ *Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)*

*Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.”*

**3.5** O material solicitado será utilizado para os usuários acompanhados pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município, para que as famílias em vulnerabilidade social sejam atendidas, e de igual modo, destinadas a prevenir ou minimizar as consequências danosas de eventos anormais e adversos, previsíveis ou não e ainda, socorrer e assistir as populações e áreas por esses atingidos, conforme avaliação realizada por Assistentes Sociais dos setores responsáveis.

**3.6.** A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, no uso de suas atribuições e missão, traz luz a importância e justificativa da aquisição dos objetos descritos nesse Termo de Referência.

**3.2. Descrição dos itens e preços unitários estimados:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Qtd** | **Un** | **Especificação** | **Preço Médio Unitário** | **Preço Médio Total Estimado** |
| **001** | **200** | **Un** | **Colchão solteiro – espuma D23–Selado pelo INMETRO – medidas 0,88cm x 1,88cm** | **R$ 337,86** | **R$ 67.572,00** |
| **002** | **200** | **Un** | **Colchão casal –espuma D23 - Selado pelo INMETRO – medidas 1,38cm x 1,88 cm** |  **R$ 600,72** | **R$ 120.145,00** |
| **003** | **200** | **Un** | **Cobertor de casal - medidas aproximadas em 1,80m x 2,10 (Composição: 75% Poliéster, 10% Acrílico, 10% Algodão, 3% Viscose, 2% Poliamida)** | **R$ 62,27** | **R$ 12.454,50** |
|  |  |  | **TOTAL** |  | **R$ 204.447,87** |

**CONSIDERANDO** que a existência de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas sediadas no local e regionalmente capazes de cumprir as exigências do ato convocatório, conforme comprovado através de pesquisas de preços anexos ao processo administrativo.

**JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA:**

**CONSIDERANDO** o artigo 48, I, da lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de pequeno Porte, conforme abaixo:

*“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

***I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); “***

 **CONSIDERANDO** que há existência de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas sediadas no local e regionalmente capazes de cumprir as exigências do ato convocatório, conforme comprovado através de pesquisas de preços anexos ao processo administrativo.

Nos demais itens em que o valor for superior a R$ 80.000,00, o processo correrá por ampla concorrência. **Contudo serão assegurados às ME/EPPs todos os privilégios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores**.

**4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CUSTOS ESTIMADOS**

**4.1.** A quantidade prevista é pré-estabelecida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

O quantitativo foi estimado com base no cálculo elaborado a partir das quantidades utilizadas no exercício anterior e de acordo com a estimativa de trabalho a ser realizada pela secretaria solicitante.

**4.2.** O custo estimado dos materiais foi calculado com base em cotação média obtida perante empresas do ramo da atividade e elaborada pelo departamento responsável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

**5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1.** As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| **RECURSO PRÓPRIO** | **RECURSO DE CONVÊNIO ESTADUAL** |
| FonteNatureza da despesaPrograma de Trabalho | 4033.3.90.30.00.00.00081220001.2.129000 | FonteNatureza de DespesaPrograma de Trabalho | 4423.3.90.30.00.00.00.00812200922177000 |
| FonteNatureza da despesaPrograma de Trabalho | 4123.3.90.30.00.00.000812200922135000 |  |  |
| FonteNatureza da despesaPrograma de Trabalho | 5083.3.90.30.00.00.000812201662131000 |  |  |

**6. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

**6.1.** O material a ser fornecido atenderá as especificações expressas neste Termo de Referência, de acordo com a secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

**7. CUSTO ESTIMADO**

**7.1.** O custo estimado dos objetos foi calculado com base em cotação média obtida perante fornecedores locais do município de Santo Antônio de Pádua/RJ, realizada pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

**7.2.** Os preços unitários estimados são os constantes na planilha do item **3.2**

***A QUANTITADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA SERÁ SUPERIOR A 5% DO TOTAL ORÇADO.***

**8.** **FORMA DE FORNECIMENTO**

**8.1.** O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir da requisição no sistema Online da Secretaria, especificando quantidade, descrição completa do Material e finalidade, para secretaria de Planejamento para averiguação de dotação orçamentária.

Os materiais serão entregues na sede da Secretaria solicitante e a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**9. LOCAL DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1.** Os materiais serão entregues no endereço do órgão solicitante, conforme endereço abaixo.

***SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL***

*Rua Dr. Ferreira da Luz, 44 – Bairro Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ.*

**9.2.** Constatada a existência de objeto que não atenda às especificações técnicas dos objetos licitados, estes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, sujeitando – se a Contratada às sanções previstas no edital e legislação pertinentes.

**9.3.** O(s) material(ais) que foi(rem) rejeitado(s) deverá(ao) ser substituído(s) e entregue(s) no local, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

**10. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA**

**10.1** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a Ata de Registro de Preços após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua.**

**10.2.** O prazo de execução do objeto é de **12 (doze) meses**,sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores,** especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

**10.3.** O início da contagem do prazo deverá começar a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

**10.4.** Ficará a cargo de um servidor designado pela Secretaria solicitante a ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.5.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Santo Antônio de Pádua, que não tenha participado do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

**11. DO PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**11.1. PRAZO DE ENTREGA**

**11.1.1**O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

**11.1.2** Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

**11.1.3**. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito ou eletronicamente, do CONTRATANTE, mediante solicitação por escrito (via *e-mail* – assistenciasocial@santoantoniodepadua.rj.gov.br - ou protocolado presencialmente na sede da secretaria) e justificada do CONTRATADO.

**12. DO PRAZO DE GARANTIA**

**12. 1**. O prazo de garantia dos materiais, objeto deste contrato, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

**13. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**13.1.** O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **05 (cinco) dias úteis,** a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

**14. PRAZO DA ATA**

**14.1.** O Prazo da Ata de Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses. A contar data da assinatura da Ata de Registro de Preço, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante solicitação da secretaria, acompanhada de justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1.** Fornecer a quantidade requisitada e quando autorizado pelo CONTRATANTE através do **Órgão Gerenciador**;

**15.2.** No ato da entrega, a contratada garantirá o cumprimento da quantidade solicitada e da qualidade do material fornecido, de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte, descarga ou quaisquer outras situações que possam vir a desencadear alterações nos produtos.

**15.3.** Nos casos em que ocorrerem as irregularidades citadas acima, observadas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, ficando dispensado ao recebimento provisório, que deverá ser feito em até 24 (vinte e quatro) horas;

**15.4.** A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, bem como os dados bancários para pagamento, via transferência bancária, da contratada, em conformidade com o constante da correspondente na nota de empenho, atentando-se e responsabilizando-se por quaisquer inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

**15.5.** Que o material seja entregue e descarregado no endereço indicado neste Termo de Referência.

**15.6.** Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam os objetos licitados, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**16.1.** Pagar pontualmente pelo **objeto**;

**16.2.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito/e-mail e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

**16.3.** Designar um servidor representante para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

**16.4.** Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

**16.5.** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

**17. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2.** A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**17.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

**17.4.** A execução do contrato será acompanhada por um servidor do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, quando assim for necessário. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**17.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

**17.6.** Ficará a cargo de um **servidor designado pela Secretaria solicitante,** a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**17.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

**18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** O pagamentoserá efetuado em até **30 (trinta)** dias, medianteadimplemento de cada pedido solicitado e entregue, através de depósito em conta bancária, que deverá vir expressa, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**18.2.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira.**

**18.3.** Por eventuaisatrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de0,01667%ao dia,alcançando ao ano 6% (seis por cento).

**18.4.** Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

**18.5.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira.**

**19. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO:**

**19.1.** O critério de aceitabilidade de preço é o do **valor unitário estimado**, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

**20. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**20.1.** O critério de julgamento é o de **menor preço unitário,** não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

**21. SUBCONTRATAÇÃO**

**21.1.** Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal no 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação**.**

**22. DAS SANÇÕES**

**22.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02,** quando:

**22.1.1.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta,não assinar o contrato;

**22.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

**22.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**22.1.4.** Não mantiver a proposta;

**22.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**22.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**22.1.7.** Cometer fraude fiscal.

**22.2.** A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

**22.2.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

**22.2.2.** Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

**22.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

**22.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**22.3.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto.**

**22.4.** A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

**22.4.1.** Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

**22.4.2.** Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

**22.4.3.** Rescisão do contrato;

**22.4.4.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**22.4.5.** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**22.4.6.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**22.5.** As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo asseguradaà Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

**22.6.** Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

**22.7.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado**,** importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** aconvocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93.**

**22.8.** Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

**22.9.** As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em leie que o contrato seja rescindido unilateralmente.

**22.10.** A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratadatenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

**22.11.** Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº 8.666/93,** mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipuladas em lei e neste edital.

**23. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**23.1.** A revisão e o cancelamento dos preços registrados tem como embasamento legal o Decreto Municipal n.º 015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

***Art. 16****Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

***Art. 17****Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

***§ 1º*** *Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

***§ 2º*** *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

***Art. 18****Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:*

***I -*** *liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e*

***II -*** *convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.*

***Parágrafo único.*** *Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.*

***Art. 19****O registro do fornecedor será cancelado quando:*

*I - descumprir as condições da ata de registro de preços;*

*II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;*

*III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou*

*IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7 nº 10.520, de 2.002.*

*Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 20****O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

*I - por razão de interesse público; ou*

*II - a pedido do fornecedor.*